

CEARÁ COLONIAL – PRIMÓRDIOS DE UM PROJETO FORMATIVO CIVILIZADOR

Ercília Maria Braga de Olinda¹

Resumo

BCH-UFC

São poucos os estudos sobre o Ceará colonial e muito menores ainda são os registros e análises respeitantes às experiências educativas naquele período. Neste trabalho, reúno trechos de documentos históricos com o intuito de sistematizar algumas notas que ofereçam pistas sobre o modo como a educação se vinculou ao projeto civilizador europeu, esmagando as manifestações culturais do nosso povo. O obscurantismo imposto pelos portugueses, tanto no plano econômico quanto no cultural e educacional, deixou marcas no incipiente sistema educacional que se pretendeu construir a partir da ação dos jesuítas e dos primeiros reformadores do Império.

Palavras-Chave: Período colonial – Projeto formativo – Civilização.

Abstract: Colonial Ceará – The Beginnings of a Project of Civilization

There are very few studies in existence concerning Ceará in its colonial stage. There even less accounts registered and analysis's made of educational experiences in that period. This work puts together extracts from historical documents in an effort to systematize some references that may help us to understand the way education was linked to a European civilization project that crushed the cultural aspirations of our people. The vagueness imposed by the Portuguese, not only in economic projects but also in education and cultural ones, has left its mark on our incipient educational system which was built

¹ Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará.

from the work of the Jesuits and the early reformers of the Empire.

Key words: Colonial period – formation project – civilization

Onde chegasse a proa dum navio português podia aparecer ou não a espada, surgia com certeza a cruz.
Serafim Leite, SJ.

Aprendi no convívio com projetos educativos populares e no diálogo com a obra de Paulo Freire o exercício da tolerância que busca superar os preconceitos e garantir um convívio saudável com o diferente. Hoje, em geral, a compreensão sobre o multiculturalismo faz identificar as diferenças culturais, sem, contudo, eleger uma cultura como superior a outra. Mas esse aprendizado ainda é débil, pois trazemos em nossa memória coletiva ecos de práticas domesticadoras e civilizatórias muito fortes.

Neste artigo pretendo recuar ao Ceará colonial para entender as origens de um projeto formativo que negou o outro nas suas dimensões constitutivas, para plasmar uma realidade tida como correta e única possível. Não se trata de fazer uma história/julgamento/tribunal, mas, tão-somente localizar a racionalidade do projeto formativo que inaugurou as práticas educativas do colonizador na *Terra da Luz*. Para ilustrar o sentido de tal projeto, inicio trazendo um fragmento do discurso usado na cerimônia de batismo do africano que era embarcado para o Brasil no século XVIII: “considerem-se desde já filhos de Deus. Vocês vão para o país dos portugueses onde vão aprender as coisas da fé. Esqueçam seus países de origem, deixem de comer cães, ratos e cavalos. Sejam contentes”.²

A colonização do Ceará teve início um século após a chegada de Cabral ao Brasil e se consolidou na década de 1720, com a afirmação da pecuária, situada, principalmente, nas bacias dos

² Esta inscrição encontra-se exposta no Museu do Ceará, próximo aos instrumentos usados para torturar os escravos.

rios Jaguaribe e Acaraú. Ao contrário do vizinho Estado de Pernambuco, aqui, o sistema de Capitânicas criado por D. João III não vingou. Os dois donatários que tentaram chegar ao Ceará, sucumbiram em tempestades e o terceiro, Antônio Cardoso de Barros, sequer tentou tomar posse da parte que lhe fora concedida (GIRÃO, 1995).

A historiografia tradicional arrola os fatores que explicam o atraso na colonização - a aridez do clima, a agressividade do nativo e as dificuldades de navegação. Paradoxalmente, durante os cem anos de abandono português, aqui aportaram franceses, ingleses e holandeses que mantiveram intenso escambo com os indígenas, sabendo cativá-los e explorá-los. A esse respeito, Martin Soares Moreno dá a seguinte notícia:

Aportavam muitos piratas que com aqueles índios comercializavam e carregavam muitos navios de algodões e pimenta malagueta, muitos bichos, como papagaios, bugios (macacos), sagüis e muito pau a que os índios chamavam uburaquatiara, que é o melhor que até agora se há descoberto em todo o Brasil, por ser como damasco, e também carregavam pau de tinta e algum âmbar (1967, p. 181).

A fundação da França Equinocial no Maranhão chamou a atenção da Metrópole. O risco de perder a nova colônia fê-los, inevitavelmente, lembrar-se das terras do Ceará cuja posição geográfica poderia ser estratégica para a expulsão dos franceses.

A "bandeira" ou "entrada" exploradora de Pero Coelho de Sousa foi a primeira a tentar colonizar as terras do Ceará, entre os anos de 1603 e 1607. Esse açoriano, antes residente na Paraíba, veio ao Ceará seduzido pelas notícias sobre pedras preciosas, portando o título de capitão-mor e acompanhado por sessenta e cinco soldados e duzentos índios Tabajaras e Potiguaras (GIRÃO, 1962, p. 36). Sua missão era expulsar os franceses do Maranhão e se apossar das terras conquistadas. Esse intento não foi alcançado, pois seus subordinados recusaram-se a seguir viagem até o Maranhão, após terem se envolvido em intensa

luta com os franceses e seus aliados silvícolas, na serra da Ibiapaba, que se tornara o principal ponto de confronto aberto entre colonizadores e nativos.

A permanência de Pero Coelho no Ceará foi pontilhada de desavenças com indígenas e de muitas dificuldades financeiras e materiais. Ao perceber que não existiam os propalados metais preciosos na serra da Ibiapaba, avançou ferozmente contra os índios, inclusive seus aliados, aprisionando-os e vendendo-os como escravos³. A prepotência daquele guerreiro que só conhecia a força das armas inviabilizou qualquer empreendimento e forçou a migração de centenas de índios para as terras do Maranhão. A primeira seca registrada na história do Ceará (1605-1606) o expulsou definitivamente, vitimando seu filho primogênito.

Girão, não concordando com os historiadores que denunciaram os métodos brutais do conquistador português, faz um balanço positivo de sua intervenção, alegando as atribulações por que passou junto à família e, sobretudo, sua coragem e grandeza de intenções, voltadas para a "conquista civilizadora" (1962:41).

Na mesma linha de raciocínio, Barroso dedica ao conquistador português palavras poéticas que o elevam, a um só tempo, a mártir e herói:

A verdade, no entanto, é que escreveu (Pero Coelho) com o suor das angústias, as lágrimas da dor e o sangue do martírio a primeira página da história do Ceará, a qual como que foi o anúncio do destino impiedoso duma terra de sol e de dor. Essa página gloriosa dos conquistadores da Ibiapaba demonstra que: sobre o poderoso

³ As leis régias protegendo os indígenas foram elaboradas posteriormente, a saber: 1570, Carta Régia de D. Sebastião garante liberdade aos índios; 1595, Lei de Filipe II proíbe a escravização dos índios; 1655, Lei dá plenos poderes aos jesuítas sobre os índios; 1680, Lei proíbe a escravização dos índios. Como sabemos essas determinações legais nunca foram satisfatoriamente cumpridas e as desavenças com os indígenas foram permanentes, principalmente com as concessões de sesmarias nas terras das nações Tupi e Tapuias que povoavam o sertão, serra e litoral cearense. Djacir Menezes registra esse fato, afirmando que não faltavam documentos (...) de capitães-mores acusando Paiaçus, Quxelôs, Cariris, Anasés, Jaguaribaras, Carateús, Icós, Jucás etc, de sanguinários e predatórios e aconselhando "guerra de morte" ao "gentio de corso" (MENEZES, 1945, p. 350).

domínio da Espanha imperial, a alma de Portugal nunca deixou de palpitar, cheia de vida, nas terras que seus filhos descobriram e povoaram, devassando-as, explorando-as, aumentando-as, expulsando delas os intrusos e invasores, dominando serranias e sertões, varando os rios, palmilhando os litorais costurando as soluções de continuidade e prosseguindo sem pausa ou desfalecimento a obra formidável da dilatação da fé e do Império (1971:31).

O colonizador foi permanentemente exaltado pelos historiadores tradicionais que não se cansaram de enaltecer sua "missão civilizadora" numa terra de "bárbaros" e mestiços. Do ponto de vista daqueles que se inquietavam com o atraso na colonização cearense, a ação do homem branco civilizado e "superior" era fator de progresso, "seus erros perdoáveis e as suas grandes virtudes dignas de exaltação" (GIRÃO, 1962, p. 282). Todos os esforços relativos à domesticação, instrução e conversão dos índios foram considerados elementos fundamentais na luta contra o atraso secular cearense. O sangrento contato do europeu com os nativos no Ceará seiscentista e os violentos métodos de aculturação postos em prática nos aldeamentos foram analisados como episódios inevitáveis e desejáveis, pois se acreditava que não havia mais lugar para superstições, heresias e ritos pagãos. Os índios deveriam ser convencidos de que os padres eram abnegados servos que lhes mostrariam a verdadeira religião e o modo de vida que os salvariam da depravação e da barbárie. A nova ordem sociocultural imposta ao indígena foi guiada pelo ideal de homem temente a Deus e à Coroa.

A posse oficial do território do Siará Grande ocorreu somente em 1612, com Martim Soares Moreno. Aquele a quem José de Alencar imortalizou na lenda do Ceará como amante e pai do filho de Iracema, foi impiedoso com os concorrentes: "só em 1611 degolou mais de duzentos desses flibusteiros franceses e flamengos, e lhes tomou três navios, um dos quais enviado ao Rei" (GIRÃO, 1962, p. 50). Já com os índios, ele soube usar de inúmeros artifícios para

apaziguá-los e conseguir sua amizade. Girão, reproduz suas palavras registradas na sua Relação do Siará: "para conseguí-lo me despia nu e me rapava a barba, tingido de negro, com um arco e flechas, ajudando-me de índios, falando-lhes de contínuo a língua e perguntando-lhes o que já sabia bem fazer" (Id. Ibid.).

Em 1613, Martim Soares Moreno ausentou-se do Ceará para combater os franceses no Maranhão, só retornando a essas terras em 1621. Em recompensa pelos martírios sofridos nessa luta, ganhou o título de Capitão-mor, além de receber duas léguas de terra, um ordenado anual de quatrocentos cruzados e o direito de governar o Ceará por dez anos. Até 1631 o donatário da Capitania do Ceará amargou o descaso da Metrópole às suas solicitações, ficando impedido de realizar qualquer obra de maior envergadura, o que não foi empecilho para Pedro Calmon agraciá-lo com o título de *Patriarca da Civilização do Ceará*.

Entre os anos de 1637 e 1654, o Ceará foi ocupado duas vezes por holandeses. Da primeira vez vieram a pedido dos próprios índios liderados por Algodão. Vejamos um trecho da carta de 25 de agosto de 1637, que o Conselho do Brasil, instalado em Pernambuco, enviou à direção da Companhia das Índias Ocidentais na Holanda:

Chegaram aqui há algum tempo dois índios do Ceará, cujo bando em número de cerca de quarenta pessoas ficara no Rio Grande. Declararam ter sido pelos seus enviados para pedir-nos que tentássemos um empreendimento, pois eles queriam entregar-nos o castelo do Ceará, ajudar-nos a expelir os portugueses e fazer-nos senhores daquela região; e para mais nos animar, disseram que havia naquelas cercanias belas salinas que podiam dar muito sal como encontrariam também muito âmbar e algodão (BECK, 1967, p. 207-208).

O grande interesse pelo sal se explicava pelo fato de os holandeses terem que se deslocar até o arquipélago do Cabo Verde para obter esse condimento. Gedeon Morris de Jonge assumiu a direção da empresa no Ceará, iniciando o "ciclo do

sal" ou a exploração das salinas, onde se empregava mão-de-obra indígena. Esta atividade, embora primitiva, se afirmou como o primeiro trabalho organizado no Ceará e o motivo maior do descontentamento dos indígenas, que logo se aliaram aos portugueses para expulsar seus antigos convidados. Câmara, na introdução do *Diário de Matias Beck*, faz a seguinte afirmação:

O tratamento desumano que lhes impunham os flamengos, as perseguições, a exploração excessiva no trabalho, a falta de pagamento, contrariamente à racional política de apaziguamento preconizada pela direção da Companhia no Recife, acabaram por indispor os indígenas contra seus aliados de ontem (1967, p. 210).

Da segunda vez, os flamengos foram chefiados por Matias Beck que esperava encontrar minas de prata na serra de Maranguape. O sonho da mineração resultou na construção do forte de Schoonemborch, posteriormente, Forte de Nossa Senhora da Assunção, a partir do qual surgiu o aldeamento que deu origem à cidade de Fortaleza.

A ocupação holandesa no Brasil expressou a luta dos Países-Baixos pelo livre comércio e contra o monopólio luso-ibérico instituído com a rota dos descobrimentos e expansão do capitalismo mercantilista. Mesmo com objetivos estritamente comerciais os holandeses ensinaram índios e mestiços aliados a ler e escrever:

O padre Antônio Vieira ao embarcar na Bahia para Lisboa, em 1655, recebera o mensageiro Tabajara, que vinha da Serra da Ibiapaba, e lhe trazia cartas escritas de Veneza e seladas com lacre holandês, e de quem, segundo todas as possibilidades, haviam aqueles naturais aprendido a escrita (SOUTNEY, citado por CASTELO, 1970, p. 19).

O estilo colonizador do holandês não foi muito diferente do português. Barroso reproduz a opinião de um oficial holandês sobre aqueles que habitavam o Ceará:

É uma turba selvagem e ímpia. Os homens têm duas ou três mulheres. Nada fazem senão co-

mer e beber. Durante o correr do ano ingerem toda sorte de bebidas com que costumam embebedar-se, isto é, vinho de caju, e também de batata e milho. Alguns têm roças, mas a maioria procura o alimento nos matos. Não posso obter desses índios o mínimo serviço ou auxílio sem pagar. Dizem que nada absolutamente fizeram para os portugueses e muito menos hão de fazer alguma coisa para nós, por quanto a terra lhes pertence (BARROSO, 1971, p. 44).

Esses seguidores da Reforma luterana, que repudiavam o costume indígena de ingerir bebidas alcoólicas, eram os mesmos que pagavam dias de trabalho pesado aos índios e caboclos que estiveram a seu serviço, com aguardente e fumo. Em três passagens de seu "diário", Matias Beck dá essa informação. O que mais impressiona é que, apesar de explorados e subestimados pelo europeu, seja ele espanhol, português, holandês ou francês, essa "turba" soube resistir com heroísmo em diferentes episódios, principalmente com a Confederação dos Cariris. Apesar de toda a violência simbólica contra os índios e das contínuas guerras que os escravizavam ou os eliminavam, os indígenas defenderam arduamente suas terras, seus costumes, sua segurança e sua liberdade⁴.

Barroso, mesmo corroborando a tese de que a raça indígena era inferior e precisava ser civilizada, lamenta o genocídio promovido pelos portugueses:

Assim, acabou melancolicamente a terrível Confederação dos Cariris, que durante 30 anos trouxe em sobressalto as gentes que iam povoando e civilizando as terras do Rio Grande do Norte e do Ceará. Foi uma das mais notáveis experiências duma conjugação de esforços realizadas por selvagens do Brasil, sempre tão desavindos e inimigos entre si, com o fito de obstar a conquista de suas terras, esforço baldado, pois sua sorte diante do invasor fora lançada e não seria a bravura instintiva suficiente para

⁴ Sobre as lutas de resistência dos nativos cearenses, ver Pinheiro (2000). Numa análise fartamente documentada, o professor do curso de História da UFC mostra as estratégias indígenas para preservação de seu território e cultura, as quais incluíram, desde conflitos armados diretos (predominantes na segunda metade do século XVII) até os pedidos de concessão de sesmarias feitas pelos principais das aldeias ao Rei de Portugal.

vencer com arcos e flechas a inteligência sagaz, a pólvora, as balas de chumbo e a cultura superior do europeu. Como a humanidade Tupi, embora menos maleável, a humanidade Tapuia teria de ser dominada e absorvida pelo colonizador (1971, p. 60-61).

Se as ações armadas dos soldados reais foram interpretadas pela historiografia tradicional como heróicas manifestações civilizatórias, com maior entusiasmo referiu-se às atividades apaziguadoras e educacionais dos "soldados de Cristo"⁵. As missões jesuíticas, por mais de um século e meio, organizaram as escolas de ler, escrever, cantar e tanger nos aldeamentos. Bem assim, mantiveram os colégios e seminários onde se ensinavam humanidades e se preparavam os futuros clérigos. Até o ano de 1759, foram apenas eles a se ocuparem do ensino público no Ceará.

Os objetivos políticos e econômicos do colonizador se aliaram a objetivos religiosos, iniciando-se longa fase de catequese com a vinda dos primeiros jesuítas à serra da Ibiapaba. Os padres Francisco Pinto e Luis Figueira, em 1607, tiveram que enfrentar a desconfiança e resistência de índios que haviam sofrido duramente com a permanência de Pero Coelho naquela região:

A indiada ressabiada ainda pela derrota, recebeu-os com grande desconfiança. Que desejavam esses homens vestidos de preto e de tão mansas palavras que lhe falavam dum Deus desconhecido, cuja brandura sacrifício e misericórdia dificilmente impressionariam suas índoles batalhadoras? Que vinham fazer em seguimento àqueles arcabuzeiros terríveis que os haviam

⁵ Na Bula *Regimini Militantis Ecclesiae* de 1540, que aprovou a criação da Companhia de Jesus, está escrito: Qualquer um que na nossa Companhia, que desejamos seja assinalada com o nome de Jesus, quiser militar como soldado de Deus, debaixo da bandeira da cruz, e servir ao único senhor e ao Romano Pontífice, Vigário seu na terra, depois de fazer voto solene de castidade perpétua, assente consigo que é membro de uma Companhia, sobretudo fundada para, de um modo principal, procurar o proveito das almas, na vida e doutrina cristã, propagar a fé, pela pública pregação e ministério da palavra de Deus, pelos exercícios espirituais e obras de caridade, e, nomeadamente, ensinar aos meninos e rudes as verdades do cristianismo, e consolar espiritualmente os fiéis no tribunal da confissão (Citado por Leite, 1938:06).

antes metralhado, aprisionando e escravizando grande número de seus companheiros? (BARROSO, 1971, p. 33).

Na Relação do Maranhão, escrita em 1608 ou 1609, o Padre Luiz Figueira explica os objetivos da viagem:

Pax Christi. No mez de janeiro de 1607 p. ordem de Fernão de Cardim principal, nos partimos pêra a missão do Maranhão o padre Francisco Pinto e eu co obra de sessenta índios, co intenção de pregar o evangelho aaquella desemperada gentilidade, e fazermos cõ q' se lançassem da parte dos portugueses, distando de si os frãcezes corsairos q' lá residem pêra q' indo os portugueses como determinão os não avexassem nem captivassem, e pêra q' esta nossa ida fosse sem suspeita de engano pareceo bem ao padre principal q' não levássemos conosco portugueses e assi nos partimos sós co aquelles sessenta Índios (1967, p. 76).

Com esta citação, vemos claramente que os objetivos catequéticos e os propósitos políticos se conciliavam e que, ao falhar a espada do guerreiro, a palavra evangelizadora era acionada. Entendendo bem a política colonizadora portuguesa, José Aurélio Saraiva Câmara, prefaciando o livro *Três Documentos do Ceará Colonial*, comenta sobre a missão jesuítica que veio consertar os desmandos de Pero Coelho:

À fé católica, que sempre funcionou admiravelmente como componente mística da política colonial portuguesa, caberia agora a missão de corrigir os equívocos e repor os erros, incutindo, no aborígene temeroso, a confiança e o espírito de colaboração que o levariam a fortalecer o sistema econômico-militar-religioso sobre que asentavam o poder e a glória da cristandade lusa.

Nesse ponto abro um parêntese para destacar que a Igreja Católica continuou tendo uma participação decisiva nos modos de pensar e conduzir o ensino no Estado do Ceará. O Padre Lino Deodato, eleito pelo Partido Conservador para deputado provincial, em polêmica sobre verba a

ser aplicada na vinda de duzentos imigrantes defendeu a idéia de que o dinheiro fosse aplicado na reforma das igrejas matrizes que estavam em completo estado de decadência e ruínas, não parecendo “templos erigidos e consagrados em honra do verdadeiro Deus”. E arremata:

Seria isso mais conveniente, porque, por esse meio, faríamos arraigar no espírito do povo, os piedosos sentimentos da Religião e da moral; seria mais conveniente, repito porque nação alguma jamais se impôs no conceito do mundo civilizado, faltando-lhe o primeiro elemento de vida dos povos – o elemento religioso (SOUSA, 1960, p. 80).

Nossos representantes liberais e positivistas, na sua maioria, eram também fiéis seguidores dos postulados cristãos. As luzes do saber não se separam das luzes da religião e a igreja, como *fiel depositária da verdade*, vai ser o guia maior no projeto de regeneração moral de um povo a quem não se pretendeu outorgar o estatuto de cidadania. Para fechar esse parêntese, vou reproduzir trechos dos relatórios de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil de 1853 e 1854, em que esse estudioso defende explicitamente a necessidade da comunhão entre instrução e religião:

O principal defeito que se nota, nas escolas, quanto ao programa de ensino, é a quase total ausência do ensino religioso, o mais necessário, entretanto, para formar o coração e inspirar o sentimento do dever. A Lei manda ensinar princípios de Religião do Estado, mas este ensino, quando tem lugar, limita-se a um catecismo resumidíssimo, cujos princípios são decorados, materialmente, porque nem os mestre explicam, nem os alunos compreendem.

Na Prússia, a educação é profundamente religiosa e a lei estabelece que o fim da instrução é a educação religiosa. Se as escolas populares, diz mr. Cousin, só tivessem por fim esclarecer o espírito, sem desenvolver, ao mesmo tempo, os sentimentos de moral e de piedade próprios para a boa educação das classes laboriosas, tais escolas fariam mais mal do que bem, e talvez ser-

viriam para introduzir uma nova espécie de perversidade, onde os conhecimentos materiais se aliarão a uma profunda ignorância do bem e do belo, e do verdadeiro destino do homem⁶.

Voltemos, porém, aos nossos dois *soldados* da Companhia de Jesus, os quais não tiveram tempo para realizar obra mais sólida. No ano seguinte ao das suas chegadas, enquanto celebrava a missa, o Padre Francisco Pinto foi morto a golpes de tacape pelos índios tocarijus, ao mesmo tempo em que seu companheiro fugia com a ajuda de aliados. Segundo Barroso, Padre Luiz Figueira “continuou a salvar para Nosso Senhor Jesus Cristo as almas primitivas da indiada bárbara” (1971, p. 34), até que em 1643, o barco que o transportava naufragou no rio Amazonas, onde foi morto pelos índios Aroans.

Depois da expedição anteriormente referida, três outras foram feitas à serra da Ibiapaba, fundando a missão que consolidaria o município de Viçosa do Ceará como o núcleo inicial da formação intelectual, educacional e religiosa do Ceará.

Raimundo Girão, na sua *Pequena História do Ceará*, ao tratar da formação religiosa do povo cearense, acentua que uma nova tentativa dos inicianos de conquistar a gentildade da serra da Ibiapaba logrou êxito e, em 4 de julho de 1656, por ordem do Padre Vieira, os padres Antônio Ribeiro, Gonçalo de Veras e Pedro de Pedrosa chegaram à Serra e, “sem demora, foram convertendo a gente selvagem, improvisadas uma igreja e uma escola” (GIRÃO, 1962, p. 281). Com base nos registros do Padre Vieira⁷, que permaneceu naquela missão entre os anos de 1654 e 1661, Serafim Leite anota que, passados dois anos da vinda dos padres anteriormente citados, registravam-se ali 2500 almas que os amavam e lhes davam os filhos para “os ensinarem, como ensinam a ler, escrever, cantar e a toda polícia que neles cabe” (1970, p. 17).

⁶ Estes documentos estão disponíveis no Arquivo Público do estado do Ceará.

⁷ A direção moral e intelectual dos jesuítas na Ibiapaba foi sua última missão no Ceará, pois logo após voltaria a Portugal, onde a Inquisição o trancafiou no cárcere de Coimbra.

Castelo informa que há consenso, entre os historiadores, de que,

Onde quer que levantassem uma casa ou abrissem um colégio, inauguravam, simultaneamente com a catequese do gentio e as aulas para os próprios irmãos da companhia delas necessitados ainda, a escola de primeiras letras, que seria o germe de onde sairia a escola primária brasileira, quando mais tarde o Estado viesse a preocupar-se da instrução pública (1970, p. 17).

Pelos documentos disponíveis, pode-se afirmar que antes de tudo se procurou mudar os hábitos locais através de lições orais, preces e cantos. Todos os jesuítas seguiam a máxima de Manoel da Nóbrega, segundo a qual "com música e harmonia de vozes se atrevia a trazer a si todos os gentios da América" (LEITE, 1938, p. 22-23). A educação do sentimento se fazia pela instrução oral e pelo exemplo dos padres e dos principais das tribos (tuxauas). Daí por que estes teriam que ser os primeiros a se casar com única mulher e a realizar os sacramentos previstos pela Igreja.

Para Girão, a Missão da Ibiapaba colheu grandes frutos e representou a conquista daquela região para a "civilização e para a igreja" (1962, p. 281). Do mesmo modo, Castelo exalta o heroísmo dos jesuítas, destacando sua missão civilizadora e sua verdadeira cruzada de redenção moral, silenciando o jogo de interesses estabelecido entre a igreja e o colonizador:

(...)Luta árdua e ingrata, pois que virgem era a terra, cegos de conhecimentos os naturais, egoístas os colonizadores... o que se lhes deparou foram pseudo-destruidores de uma gigantesca e imorredoura tarefa, que esses homens abnegados, concientes, destemidos e humildes, cimentaram numa unidade preciosa, à custa de saber, moral e compostura, legando-a generosamente aos brasileiros. Souberam enfrentar adversários na Europa e, aqui, encontrariam campo para a mais renhida luta, tão proveitosa à pátria e à igreja, que admira hajam sido a hostilidade e a ingratidão a sua recompensa. A igreja, entretanto, já traçara, havia séculos, o seu plano de palmilhar essas veredas, distribuindo os seus

benefícios, evangelizando e instruindo para o Senhor (1970, p. 15).

Serafim Leite, na sua minuciosa *História da Companhia de Jesus no Brasil*, comenta sobre a ação dos jesuítas entre os anos de 1662 e 1671, mostrando que esta se desdobrou entre a Ibiapaba, Camocim, Fortaleza e Parangaba, sob o comando do Padre Jacobo Cócleo. A retomada definitiva do intenso trabalho na Ibiapaba se deu com a dinâmica direção dos padre Ascenso Gago e Manuel Pedroso, entre os anos de 1691 e 1759.

Em 1727, por ordem do Rei e a expensas do Reino, foi construído o Real Hospício do Ceará em Aquiraz. A idéia original do padre Ascenso Gago era de que essa casa de repouso e estabelecimento oficial do ensino de Latim e Humanidades fosse instalada em Viçosa do Ceará, mas, com a demora na vinda dos recursos houve uma mudança de planos e Aquiraz se firmou como novo núcleo de irradiação da ação dos jesuítas.

Em 1759, quando os jesuítas foram afastados de sua ação educativa, registravam-se nas cinco aldeias cearenses [Vila Viçosa Real (Ibiapaba), Vila Nova de Messejana (São Sebastião de Paupina), Vila Nova de Soure (Caucaia), Vila Nova de Arronches (Parangaba) e Monte Mor (Paiacu)] trezentos e oitenta e sete alunos nas escolas primárias, além de cento e cinquenta moças no ensino doméstico (aprendendo a fiar, tecer e coser) e vinte e três rapazes no ensino profissional (CASTELO, 1970, p. 23). Neste mesmo ano, foram fundadas pelo Governo português as duas primeiras escolas oficiais, ou seja, independente dos jesuítas. Estas foram instaladas nas aldeias de Caucaia, com uma matrícula de 142 alunos, e Pacajus, com 163 alunos⁸. Pouquíssimas escolas foram abertas em seguida, justificando a opinião de Joaquim Moreira de Sousa de que a construção das escolas anteriormente citadas objetivava "primordialmente, a contribuir para o empenho de que

⁸ Com esses dados, fica evidente que é falsa a afirmação do Senador Pompeu, registrada no Ensaio Estatístico, de que depois da expulsão dos jesuítas só veio aparecer ensino público em 1800.

estava possuído o governo português, no sentido de eliminar gradativamente as regalias concedidas aos jesuítas no setor educacional” (SOUSA, 1961, p. 311).

Após o desligamento do Recife⁹ (1799), as condições econômicas e sociais do Ceará eram precárias. Poucos núcleos populacionais existiam e nem mesmo a agricultura era praticada. Apoiando-se em Djacir Menezes, Valdelice Girão assinala que o desinteresse pela atividade agrícola advinha do fato de o colono “não possuir o senhorio da terra, não se enraizava ao solo, verificando-se mobilidade da população” (GIRÃO, 1995, p. 36). Apenas a Vila de Aracati tinha um pouco de destaque por seu comércio de charque, algodão e couro e pela arquitetura de suas casas.

De acordo com Bernardo Manuel de Vasconcelos, primeiro governador do Ceará após a separação de Pernambuco, os homens da capitania viviam “mais segundo a ley da natureza do que segundo os princípios da sociedade e civilidade humana e cristã” (Citado por SOUSA, 1960, p. 32). O flagelo das secas repetia-se de modo catastrófico, fazendo-se acompanhar de pestes. Em 1726, mais de um terço da população foi dizimada em decorrência da varíola. No dia 13 de abril daquele ano, a Vila de Fortaleza foi oficialmente instalada, permanecendo numa posição secundária em relação às vilas mais antigas por um bom tempo.

Nesse período, o Ceará tinha uma economia baseada na agricultura, agropecuária e comércio de carne de sol. As “charqueadas” tiveram início um pouco antes de 1740 e durante meio século foram motivo de esperança para a redenção da economia da Província. A seca de 1790-1793 aniquilou quase a totalidade do rebanho cearense, acabando com o sonho do comerciante de carnes. O caboclo, resultado da união entre branco e índio, constituía a maioria da população e os índios sobreviventes de um século de exter-

mínio eram reunidos em novos aldeamentos e missões. Vê-se que a luta pela existência não exigia conhecimentos escolares, nem mesmo dos brancos que se assenhoreavam das sesmarias ou que possuíam currais.

Em 1800, a população era perto de 100 mil habitantes. Naquele ano, havia no Ceará, apenas dez escolas, oito de ler, escrever e contar¹⁰ e duas de Latim, as quais eram mantidas pelos fundos arrecadados através do¹¹ estabelecido por lei de 10 de novembro de 1772. A partir das reformas pombalinas¹² que objetivavam imprimir uma orientação ao ensino compatível com o nascente capitalismo lusitano, as escolas criadas nas colônias passaram a ser inspecionadas pela Real Mesa Sensória. Esta se encarregava da nomeação dos professores que eram chamados “mestres régios” pelo fato de receberem provisões assinadas por El-Rei. Inicia-se, pois, a intervenção direta da Metrópole na seleção dos professores, que anteriormente dependia apenas da autoridade local:

Depois de nomeadas, a Mesa Sensória ordenava ao Ouvidor exame do mestre que exercia o cargo durante um ano. Os resultados dos exames realizados eram enviados para Lisboa, onde eram estudados. Com a aprovação, expedia-se-lhe título, provendo-o na cadeira por seis anos (MENEZES, 1945, p. 352).

A precariedade nas condições de trabalho, as pequenas remunerações e a falta de pessoal qualificado para assumir o magistério fizeram com que o Ceará iniciasse o século XIX com um ensino

¹⁰ Uma curiosidade não pode deixar de ser registrada: entre as oito escolas de ler, escrever e contar, figura a de Soure, para onde foi nomeada a primeira mulher, a fim de assumir uma turma de meninas, em 16 de novembro de 1799. Tratava-se da senhora Clara da Encarnação (Castelo, 1970:36).

¹¹ Segundo Menezes, este imposto consistia na taxa de dez réis, por canadas de aguardente fabricadas na Ásia, África ou América; de um real, por arrátel de carne vendida na Ásia ou na América, bem como por canada de vinho; quatro reais por quatro canadas de aguardente do reino; 160 réis por pipa de vinagre. (1945:352).

¹² Além de desmontar todo o sistema criado pelos jesuítas, o Marquês de Pombal organizou o monopólio de tudo, servindo-se das Companhias do Comércio que eram tidas como “bombas poderosas e asfíxiadoras lançadas sobre a economia colonial” (Menezes:351).

⁹ O Ceará pertenceu ao Governo maranhense de 1621 a 1656, quando os holandeses foram definitivamente expulsos. A partir dessa data o Ceará passou à jurisdição de Pernambuco, o que se estendeu até 1799, quando se tornou capitania diretamente subordinada a Portugal.

incipiente e aquém daquele oferecido pelos jesuítas, pois se constituía apenas no ensino da leitura, escrita e tabuada. A prática pedagógica dos jesuítas tinha maior amplitude, pois incluíam exercícios físicos, música, teatro e a Doutrina Cristã.

O desprezo pelo nativo e seus descendentes mestiços foi uma marca constante que repercutiu no projeto formativo do Ceará republicano, quando a educação despontou como dispositivo indispensável para o aperfeiçoamento social e político. Os intelectuais viam na educação um instrumento de higienização social, uma vez que o projeto republicano inspirado por forte darwinismo social foi construído sobre a representação do povo como massa amorfa, degenerada e indolente, incapaz de exercer a cidadania plena; um povo que necessitava ser civilizado pela ação moralizadora e disciplinadora da educação (SOUSA, 1998, p. 283-284). O cientificismo e positivismo que impregnavam a mentalidade da intelectualidade do início do século explicaram o atraso brasileiro pela miscigenação das raças, pelo misticismo e, em algumas regiões, pelas adversidades climáticas e geológicas.

Os anseios de modernização e progresso orientaram leis e discursos, impulsionando a formação de setores médios intelectualizados capazes de conduzir o ideal formativo humano necessário ao projeto civilizatório. O Liceu do Ceará, criado em 1844, e a Escola Normal inaugurada em 1884, tiveram um papel relevante nesse processo. Além disso, estratégias higienistas e comportamentais foram postas em prática, com o objetivo de disciplinar a população. Os investimentos na reforma urbana eram apoiados na crença da positividade moral e social que o progresso civilizador comportava¹³.

Ao longo da Colônia e do Império, em todo o Brasil, e mais dramaticamente no Nordeste, o ensino primário foi esquecido pelas autoridades públicas, que, a despeito das boas intenções expressas em seus discursos e petições, não conseguiram criar um sistema de ensino que atendesse,

sequer, aos anseios populares de acesso às primeiras letras. Até a chegada da família Real portuguesa à Colônia, não tínhamos qualquer instituição encarregada da divulgação de bens simbólicos, como jornais, bibliotecas e associações culturais; até mesmo escolas e universidades eram proibidas. O Brasil, enquanto colônia, foi submetido a um isolamento do mundo. Portugal não permitiu nem a criação de um sistema popular de ensino, nem a instituição de escolas superiores. O Brasil chegou à independência sem nenhuma universidade e com uma população analfabeta¹⁴.

De 1759 a 1822, ano da proclamação da Independência do Brasil, em relação a Portugal, foram criadas no Ceará dezoito escolas para uma população estimada em 200.000 habitantes (CASTELO, 1970, p. 41). Em meio a miséria e analfabetismo, começaram a surgir os primeiros doutores advindos das classes abastadas que podiam estudar no Seminário de Olinda ou em Portugal. Fora da Província, esses filhos "bem-nascidos" mantiveram contato com os ideais liberais, iluministas e positivistas. Os filhos das classes abastadas estudavam no Seminário de Olinda onde mantinham contato com o ideário liberal. A Revolução Republicana de 1817, iniciada em Pernambuco, contou com a participação de líderes carienses e, sobretudo, da família Alencar. D. Bárbara, mãe do jovem seminarista José Martiniano de Alencar e de Tristão Gonçalves, foi a primeira prisioneira política do Brasil. A Confederação do Equador, em 1824, demonstrou mais uma vez a disposição de luta de parcela da elite cearense, deixando para a história o nome de mártires como Tristão Gonçalves, Padre Mororó, Pessoa Anta, Miguel Pereira Ibiapina, Major Azevedo Bolão e o Coronel Carapinima.

A propaganda abolicionista e republicana cresceu a partir desses dois episódios, apesar da inegável simpatia dos setores médios e inferiores da sociedade, assim como de uma casta de conservadores que detinham e se locu-

¹³ Para o aprofundamento dessa discussão ver: Ponte (1999).

¹⁴ No livro *Primórdios da Educação no Brasil, Alves Matos afirma: Saber ler e escrever era privilégio de poucos, na maioria confinados à classe sacerdotal e à alta administração pública* (Citado por Lima, sd:41).

pletavam no poder. Os anseios pela independência definitiva da Corte lusitana foi crescendo na mesma proporção em que um forte sentimento de nacionalidade reafirmava os ideais de liberdade, soprados do Velho Mundo. O obscurantismo imposto pelos portugueses, tanto no plano econômico quanto no cultural e educacional, era visto como uma treva que impedia o resplandecer das luzes. A modernidade proposta e discutida no seio do iluminismo, sobretudo francês, era um horizonte a ser perseguido, e esse sonho não se coadunava com relações escravistas, nem com um sistema político absolutista e centralizador.

Ao rastrear os primórdios da escola no Ceará, localiza-se a herança deixada pelos jesuítas através de um projeto formativo marcado pelo ideal civilizatório, que em grandes linhas correspondeu à permanente afirmação de que, sendo a cultura nativa inferior, deveria ser substituída pelos costumes, fórmulas religiosas, conhecimentos científicos e modos cortesões ditados pelos países europeus. Esse projeto ecoou ao longo dos séculos e permaneceu misturado às iniciativas modernizantes de pensadores, que, a despeito das boas intenções, não conseguiram fazer valer as idéias de respeito ao educando. Examinando a história da educação no Ceará, nota-se um grande ecletismo de idéias e intenções políticas a agitar a segunda metade do século XIX, fazendo efervescer um caldeirão de iniciativas progressistas no plano educacional, ainda que, em sua maioria, tenham permanecido na letra das leis e nos discursos inflamados de grupos de doutores vivendo em terra de analfabetos e de excluídos dos direitos de cidadania.

Referências Bibliográficas

BARROSO, Gustavo. *À Margem da história do Ceará*. 3 ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará. 1971.

BECK, Matias. *Diário de Matias Beck*. In: *Três documentos do Ceará colonial*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1967. (Coleção História e Cultura).

CASTELO, Plácido Aderaldo. *História do Ensino no Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1970, (Coleção Instituto do Ceará).

FIGUEIRA, Luiz. *Relação do Maranhão*. In: *Três documentos do Ceará colonial*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1967, (Coleção História e Cultura).

GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1962.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. *O Ceará*. Fortaleza: Edições Instituto do Ceará, 1945.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. *Da Conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na capitania do Siará Grande*. In: SOUSA, Simone (Org). *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugália. Tomo I, 1938.

MENEZES, Djacir. *A Educação no Ceará – repasse histórico-social (das origens coloniais a 1930)*. In: GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. *O Ceará*. Fortaleza: Edições Instituto do Ceará, 1945.

MORENO, Martim Soares. *Relação do Ceará*. In: *Três documentos do Ceará colonial*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1967. (Coleção História e Cultura).

PINHEIRO, Francisco José. *Mundos em confronto – povos nativos e europeus na disputa pelo território*. In: SOUSA, Simone. *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000.

SOUSA, R. Fátima. *Templos de civilização – a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998, p.283-284.

SOUSA, Joaquim Moreira de. *Lino Deodato – prelado do Nordeste*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960.

SOUSA, Joaquim Moreira. *Sistema educacional cearense*. Recife: MEC/INEP, 1961.